

# Controle social e mediações étnico-raciais em *Quanto Vale ou é Por Quilo?* de Sérgio Bianchi

Social control and ethno-racial mediations in *Quanto Vale ou é Por Quilo?* Sérgio Bianchi

**Christian Muleka Mwewa**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
[christian.mwewa@pq.cnpq.br](mailto:christian.mwewa@pq.cnpq.br)

**Ana Paula Leão Mendes**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
[leaomendesana@outlook.com](mailto:leaomendesana@outlook.com)

## Resumo

Por meio da análise do filme *Quanto Vale ou é Por Quilo?*, de Sergio Bianchi (2005) objetivamos explicitar e compreender o processo de construção de preconceito e de discriminação dentro da sociedade brasileira. Nossos referenciais teóricos transitam entre estudos da área da sociologia, estudos culturais e antropologia, em especial, Kabengele Munanga. A pesquisa se caracteriza como de revisão bibliográfica e análise de documento, uma vez que tomamos o filme enquanto documento. Nossas análises indicam que a herança histórico-cultural anunciada na carta de Pero Vaz de Caminha, por exemplo, permanece efetiva na sociedade brasileira e funciona como uma ferramenta de controle social nos dias atuais. Essas ferramentas são explicitadas no filme em análise. A dita miscigenação promovida pelo preconceito mascara as desigualdades sociais, especialmente nas dimensões étnicas e raciais, pois essas ainda servem de referência das relações sociais na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Escravidão. Brasil. Controle social. Relações sociais.

## Abstract

Through the analysis of the film *Quanto Vale ou é Por Quilo?*, Sergio Bianchi (2005) aim to explain and understand the prejudice of the construction process and discrimination in Brazilian society. Our theoretical frameworks move between studies of sociology area, cultural studies and anthropology, especially Kabengele Munanga. The research is characterized as a bibliographic review and document analysis, once we take the film as a document. Our analyzes indicate that the cultural-historical heritage announced in the letter of Pero Vaz de Caminha, for example, remains effective in Brazilian society and acts as a tool of social control today. These tools are explained in the film in question. Said mixing promoted by prejudice masks social inequalities, especially in ethnic and racial dimensions, as these also serve as a reference of social relations in Brazilian society. Les luttes et les combats sont nécessaires pour une société juste et égalitaire, à la fois par des politiques de discrimination positive signifie, que la recherche pour le droit à l'identité et la reconnaissance culturelle. Ces actions sont fondamentales et essentielles pour que nous puissions obtenir des droits sociaux et culturels garantis aux Noirs, les Indiens et les pauvres qui ne sont pas une minorité, mais la majorité.

**Keywords:** Slavery. Brazil. Social control. Social relationships.

# I ntrodução

Por meio da análise do filme *Quanto Vale ou é Por Quilo?*, de Sergio Bianchi (2005) objetivamos explicitar e compreender o processo de construção de preconceito e de discriminação dentro da sociedade brasileira. A construção do processo civilizatório gerou uma estrutura social com fins de controle da demanda social no Brasil por meio das mediações étnico-raciais. Essa estrutura social tem como pano de fundo o preconceito que gera desigualdades sociais gritantes na sociedade brasileira.

O filme *Quanto Vale ou é Por Quilo?* de Sergio Bianchi (2005), tangenciado com a carta de Caminha, evidencia que o processo civilizatório histórico restringe as demandas cotidianas daqueles que sofrem com o preconceito e com as consequentes desigualdades por ele produzidas.

O presente artigo visa explanar o processo da problemática do preconceito vivenciada hoje com referência ao passado. A herança deixada pela invasão do espaço geográfico, o qual passou a se chamar de Brasil (antes Terras de Vera Cruz) a partir do período de colonização, fez com que permanecesse latente o sofrimento e a opressão de algumas etnias que configuram a organização social do Brasil.

O fato de o Brasil ter valorizado uma cultura estrangeira foi de suma importância para o sucesso de uma exploração por meio da aculturação simbólica e material. Com uma cultura imposta como superior e como ideal a ser materializado, as demais acabaram por se tornar inferiorizadas, pois implicam a identificação com a cultura nacional. Isso foi no início da construção do país. Porém essa imposição, como mostra Bianchi (2005), permanece nas entranhas da sociedade brasileira, levando-a a ser fragmentada e segmentada do ponto de vista das mediações étnico-raciais. Resultado este orquestrado e articulado pelas camadas dominantes que sempre infligem limitações frente às lutas sociais historicamente constituídas.

Para análise do documento (filme), apropriamo-nos das referências da área da sociologia, estudos culturais e antropologia, em especial, nos escritos de Kabengele Munanga. Assim, o artigo está dividido em quatro partes além desta introdução, quais sejam, (1) a carta de Caminha e os inícios da discriminação; (2) controle social e o engodo da construção da identidade; (3) mediações étnico-raciais em *Quanto Vale ou é Por Quilo?* de Bianchi; (4) da latência à manifestação do preconceito étnico em *Quanto Vale ou é Por Quilo?*; e as conclusões.

Pode-se dizer que, para o controle social, fazem-se necessárias articulações e manobras que visem e viabilizem as desigualdades sociais reafirmando a máxima de fragmentar para dominar melhor. As desigualdades podem ser tomadas como uma fonte a ser explorada para a efetiva acumulação de riqueza de certas camadas sociais com radical étnico. Portanto, o filme mostra que o preconceito, historicamente construído, faz-se necessário, nesse processo, para prover as desigualdades sociais.

## A carta de Caminha e os inícios da discriminação

Não é nossa pretensão realizar aqui um estudo historiográfico, pois não teríamos as ferramentas intelectuais para tanto. Tampouco uma revisão da história. Por isso, buscamos traçar, a partir da referência de Caminha, os inícios do processo discriminatório, também retratados por Bianchi (2005), explicitando assim a radicalidade do preconceito que desemboca nas ações das Organizações não-governamentais na perspectiva do filme. Assim como não é nossa intenção discutir a validade de tais organizações, pois existem aqueles que se assemelham às do filme e muitas outras que se distanciam de tal registro pelo seu compromisso no trato com o outro.

Não é possível entender as demandas sociais vividas nos dias atuais sem antes dialogar com o passado, pois somente assim pode ser concebida uma explicação coerente para dar luz à problemática de como se constituiu a divisão social e a exclusão das minorias ao acesso livre e em todas as esferas sociais.

A chegada dos europeus em terras brasileiras por volta do século XV, juntamente com o encontro com os que aqui já se encontravam, no caso, os indígenas, deflagrou um processo discriminatório. Porém, os registros oficiais naturalizam esse encontro, dotando-o de uma pacificidade que agrada aos que concebem a História apenas pelo viés dos vencedores. Portanto, é preciso inquirir a História na busca dos registros dos vencidos *escovando assim a História à contrapelo*, nos termos de Walter Benjamin.

É na voz dos mortos e dos vencidos que podemos encontrar os indícios de uma História com mais de uma versão, pois os vencidos se glorificam, também, ao narrar a sua resistência apesar dos resultados finais. Frantz Fanon (1952), ao analisar as relações interétnicas entre negros e brancos na qual os segundos se enaltecem em detrimento dos primeiros, chama atenção para os negros, os quais não se identificam com as subcategorias dos brancos. Porém, afirma, também na perspectiva da destituição étnica da maldade humana, que “ambos têm a desviar-vozes desumanas que farão os de

seus respectivos ancestrais querer que nasça uma autêntica comunicação.” (p. 187). Na perspectiva da discriminação, a História também é resultado de dor e sofrimento.

O primeiro contato entre os portugueses e os indígenas, registrado por Caminha, tem como confronto o estranhamento cultural, pois esses são extremamente distintos e ímpares. Do estranhamento dos portugueses, no primeiro instante, brotou a curiosidade sobre aqueles que eram tão avessos aos seus costumes. Porém, depois, os portugueses se estabeleceram como superiores àquela cultura, fazendo assim emergir o preconceito, subjugando a cultura nativa, denominando-os como selvagens. Esse contexto fica muito bem ilustrado na Carta de Pero Vaz de Caminha quando esse descreve fisicamente os costumes dos indígenas do ponto de vista da diferença. Segundo Caminha (2015, p. 10), “a feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”

O que fica explicitado na carta não é tão somente o espanto, mas também o indício de serem superiores ao descrever que as ações dos indígenas partem de uma inocência e não da naturalização do seu modo de viver sua cultura ainda não invadida e negada.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho a redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o muito estender, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha. Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence à sua salvação (CAMINHA, 2015, p. 14).

Em outro trecho da carta é possível identificar a preocupação em relação ao modo de como iniciar o processo de dominação com os nativos por se julgarem, os portugueses, superiores. Tendo como autoconsentimento o direito de explorar não somente a terra em seus recursos naturais, mas também aos indígenas, pois esses poderiam ser “amansados para atender aos interesses da coroa portuguesa. [...] E que, portanto, não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos”. (CAMINHA, 2015, p. 6).

Com o primeiro contato, os portugueses partem para a tomada do Brasil como uma extensão de Portugal. Para tanto, inicia-se, de fato, o processo de colonização e exploração extrativista das terras brasileiras. E os indígenas são os primeiros a sofrerem com essa invasão, não somente por conta de território, mas principalmente pela imposição de uma cultura exterior. Os indígenas foram violados de forma brutal, tanto

física, quanto psicologicamente, “e segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm.”, diz Caminha (2015, p.13). Suas crenças foram fortemente afrontadas quando os invasores decidiram impor também sua religião, desconsiderando por completo a cultura indígena e com reais intenções de dominação, especialmente, por meio da religião.

E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram. (CAMINHA, 2015, p.14).

Séculos depois, a valorização da cultura exterior, entenda-se europeia, passa a ser balizadora para a concepção da nacionalidade pautada na “[...] eliminação do que não é nativo.” (SCHWARZ, 2005, p. 114). Esse procedimento é denominado por Schwarz de *nacional por subtração*, ou seja, “o resíduo, nesta operação de subtrair, seria a substância autêntica do país. [...] o combate por uma cultura ‘genuína’ faz papel de velharia. [...] o passo da colônia ao Estado autônomo acarretava a colaboração assídua entre as formas de características da opressão colonial [...] (p. 114-130).

A construção civilizatória do Brasil inicia-se por meio da imposição cultural e dominante daqueles que aqui invadiram e assumiram para si o controle de ordem social daqueles que aqui viviam. Chamamos de invasão quando nos referimos à chegada dos Portugueses por entender que no espaço geográfico onde eles aportaram existiam seres humanos com modos de vida estabelecidos, ou seja, que viviam em sociedade. Assim, pode-se dizer que a carta de Caminha (1.500), enquanto documento de cultura, narra o processo invasivo e de dominação iniciado em prol dos interesses europeus. Esses se perpetuaram na sociedade brasileira no *subjugamento* das identidades nativas no permanente processo de segregação e expropriação cultural, nos termos de Schwarz (2005, p. 132).

## **Controle social e o engodo da construção da identidade**

De acordo com Gonçalves (1999), todas as nações, entendidas como comunidades imaginadas, criam seus mitos formadores de seu povo. Na construção da história de nossa sociedade, no que diz respeito à questão das relações étnico-raciais, temos o

paradigma da “das três raças”. A ideia do Brasil enquanto nação, ou seja, lugar da constituição da nacionalidade, está pautada na máxima da união do branco, do negro e do índio (não necessariamente nesta ordem). Segundo Hall (2002, p. 72 *apud* MWEWA, 2005, p. 47) “o ‘lugar’ é [...] o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estritamente ligadas.” Para Mwewa (2005, p. 47), “esta noção traz à tona o conceito de identidade, pois as práticas sociais e, portanto, culturais, são feitas por indivíduos que se identificam com algo culturalmente colocado.” Portanto, continua o autor, “esta identificação está em permanente convulsão, na medida em que as estruturas identitárias construídas ao longo do processo histórico estão sendo abaladas pelas constantes transformações sociais.” (MWEWA, 2005, p. 47). Assim, diz Stuart Hall (2006, p. 38) “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.”

[A] “Crise da identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p. 7).

As identidades nacionais são construídas e pensadas a partir de uma triangulação racial entranhada de uma ideia de homogeneidade. E em outro momento, na história da nossa sociedade, a questão nacional foi colocada pelo menos três vezes, com a Declaração da Independência, em 1822; com a Abolição da escravatura em 1889 e, por fim, com a Revolução de 1930 (GONÇALVES, 1999, p. 25). Em cada uma delas, a sociedade se posicionava diante das questões relativas à sua afirmação como Nação. Por outro lado, é importante termos claro que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. [...] a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos –*um sistema de representação cultural*.” (HALL, 2006, p. 48-49). Portanto, em

Em qualquer operação de classificação, é preciso primeiramente estabelecer alguns critérios objetivos com base na diferença e semelhança. No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. (MUNANGA, 2003).

Assim como na colonização, a história ensinada não corresponde à história vivenciada, pois a nossa construção social não foi um encontro cordial e harmônico, mas



sim com marcantes conflitos processados no plano político e social. Por isso que “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.” (HALL, 2006, p. 85). São os recursos e discursos na construção de nossa identidade que falseiam o real interesse de se visualizar uma história de pacificação, na qual uma etnia dominante argumenta e defende uma homogeneidade subentendida pela miscigenação entre as três raças. Voltando à nossa fábula das três raças, é possível perceber que ela encobre uma sociedade hierarquizada na qual predominam as desigualdades sociais, com múltiplas possibilidades de classificação de cor, o que denota que a democracia racial é um mito, uma vez que as desigualdades sociais são de extrema discrepância. (GONÇALVES, 1999, p. 21-39).

Desde a colonização que o Brasil se mantém em processo de uma unidade que represente sua nação. Por outro lado, esse processo nunca foi de interesse daqueles que querem deter o controle social, uma vez que sabem que esse mesmo controle é o que lhes permite estruturar e manobrar a ordem social segundo os seus interesses. As elites sempre relutaram por essa unificação nacional, o que deixa as claras esse movimento político de não se preocupar com a valorização daqueles que são classificados como minorias em relação as suas culturas. Em decorrência da não aceitação dessas culturas, surge, então, a necessidade, a valorização da cultura europeia que branquearia a nossa população predominantemente não-branca. Mais adiante voltaremos a esta questão na perspectiva de Schwarz (2005).

Porém, o paradigma das três raças (cf. CHAUI, 2000) ainda se encontra presente no imaginário social do país através de discursos diversos acerca dessa problemática: determinados contextos é de ordem integrador, e em outros, subalternizador dos grupos excluídos. Por ter sofrido com a imposição de uma cultura exterior, nossa nação padece com a falta de valorização da sua própria herança cultural, oriunda do continente africano. Esse padecimento se manifesta na dificuldade de ser reconhecida como igual, já que se trata da busca do reconhecimento de um povo que se autodetermina como diferente da matriz europeia e não africana. Aparece, portanto, o paradoxo da identidade brasileira que estereotipa a sua constituição com a prática de aculturação perante nações historicamente consideradas como hegemônicas na busca do reconhecimento de uma identidade política. (GONÇALVES, 1999, p. 21-39).

Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além



de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo. (MUNANGA, 2003, p. 15).

Nilma Gomes (2005, p. 148) localiza no processo de conscientização da existência do racismo, por parte dos professores, uma possibilidade de diminuir a sua ocorrência, pois “o entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista [...]”

O conhecimento é um dos aparatos que pode colaborar para uma possível correção do erro cometido no passado que privou a nação brasileira de se apropriar de sua história. Ainda que essa tenha sido vivenciada com muito sofrimento, por ter derramado muito sangue e lágrimas por suas aldeias, senzalas e pelourinhos.

Sendo assim, portanto, é de suma importância que essa história seja contada e lembrada, para que *nunca* mais se repita. Esse procedimento de contar e lembrar a história pode retrair um saudosismo arrefecido presente nas novelas de época que abordam a temática da escravidão, pois a escrava mais “ilustre” da televisão é branca e exportada para mais de 80 países. Essa questão da escrava mais ilustre ser branca diz muito sobre a autorepresentação identitária de uma nação. Reconhecer esse erro e corrigi-lo de forma oficial é fundamental para dar passos em direção a uma democratização racial de fato. Não faz sentido falar de uma democracia racial sem ao menos ter claro a composição da nação de diferentes perspectivas. Contudo, como esse erro não foi corrigido e nem mesmo o *défit* sanado, esse sofrimento se perpetua nos dias atuais nas aldeias, nas favelas, nos presídios, nas periferias e na servidão altamente orquestrada.

## **Mediações étnico-raciais em *Quanto Vale ou é Por Quilo?* de Bianchi**

O longa-metragem dirigido por Bianchi, que contou com a colaboração de Eduardo Benaim e Newton Cannito como roteiristas, emana um enredo crítico reflexivo a partir da montagem de cenas que colocam simultaneamente o passado e o presente acerca da temática das desigualdades sociais e econômicas vigentes no Brasil entre as duas épocas. Até que ponto a estrutura social brasileira mudou enquanto uma República livre e democrática? O diretor paranaense, Sergio Bianchi, aponta que o retrato da configuração social e econômica do Brasil, nos dias atuais, é fruto da herança do período escravocrata. Período esse que se perpetua na atualidade com a servidão enquanto faceta da escravidão moderna subsidiada na lógica do modo capitalista de produção.

O discurso de que o Brasil é um país de pluralidade étnica e cultural não resolve a problemática do preconceito historicamente construído, tão pouco, as desigualdades sociais também historicamente construídas e muito bem retratadas no referido filme. Esse discurso não decreta a necessidade de se construir uma sociedade igualitária. A camada dominante adota e reconhece esse discurso desde que este cumpra o processo de selecionar e filtrar os meios para que não se concretize a mistura de um povo que se autodenomina como miscigenado. Tendo em vista que essa miscigenação só é bem-vinda quando *embranquece*, pois, quando *enegrece*, ela é passível de reticências. A delimitação de classes sociais tem como plano de fundo a subalternização de um grupo em específico para a sustentação do sistema representado, no filme, pelos donos das empresas de captação de recursos do governo Federal. Isso implica diretamente reconhecer que o nosso processo civilizador é demarcado por um passado sombrio, amargurado e doloroso, diante de um presente de luta por espaço, respeito e reconhecimento para uma democratização étnico-racial em todos os âmbitos sociais.

No filme de Bianchi, o personagem Marco Aurélio Silveira (Herson Capri) ao realizar uma propaganda para empresas com consciência solidária, em sua fala, o personagem diz que as classes<sup>i</sup> econômicas “AA” sempre imprimiram seu papel de consumo às demais classes sociais. Ainda ressalta que, nos dias atuais, a classe média também quer se dar ao luxo de ter princípios, ou seja, quer uma ascensão social e para isso deve seguir o modelo da classe dominante. Assim sairia do seu estado de dominado, do ponto de vista de consumo. Foi inculcado na ideologia da sociedade brasileira, que tem em sua estrutura social uma camada superior dominadora e influenciadora das demais, que o negro e o índio, assim determinados, deveriam e devem ser separados dos demais indivíduos (brancos), para que assim se proceda com a higienização de uma classe social para outra. Pode-se dizer que, no âmbito do filme, isso alimenta o surto de ações sociais nas quais os promotores não comprometidos com a mudança da vida daqueles que recebem a solidariedade implementam o processo de manutenção do controle por meio da exploração da miséria. O filme explicita essa problemática ao desenvolver um roteiro crítico acerca do passado e do presente de forma concomitante. Esse procedimento possibilita uma visão crítica dos expectadores e desnuda a “escravização” contemporânea vivenciada no Brasil sob outra roupagem. As cenas mostram que as configurações de certo tipo de “escravização” que exploram se perpetuam em nossa sociedade direcionada a uma única camada étnico-social, pois a outra é tutelada pelo Estado.

O filme coloca luz em uma questão obscura e repleta de contradições, no caso, a ideologia da solidariedade. Bianchi ilustra essa ideologia ao abordar o papel das

Organizações não-governamentais (ONGs) no país. O diretor e os roteiristas direcionam uma crítica em torno dos interesses que essas ONGs representam por meio da solidariedade perante os subalternizados. As ONGs, juntamente com o Estado, cumprem o papel de administrar as desigualdades sociais sem erradicá-las, como para tudo nesse sistema econômico tem que resultar em lucro. De acordo com o que foi retratado no filme, pode-se dizer que esta prática de solidariedade corrobora com o movimento de estruturação social permanente. Diante disso, vale fazer uma análise dessa “boa intenção” do Estado para com aqueles que, muitas vezes, não possuem nem o mínimo para sobrevivência física.

Essa ideologia de solidariedade não é nada além de uma estratégia, visto que, as ONGs propiciam o mínimo aos que nada possuem para esses não sentirem que não têm nada a perder e, assim, não se rebelarem ao ponto de desestruturarem o sistema que as ONGs tanto defendem e resguardam como fonte de lucro. Isto é, recaímos na velha e irônica dinâmica de tratar o povo com a política “pão e circo”. Contudo, ressaltamos que por todas as estratégias e manobras, seja por prisão ou por miséria, o Estado sempre se articulará em prol de defender e sustentar seus interesses que visam o acúmulo de riqueza e o bem-estar da população de uma maneira geral.

Se por um lado a classe dominante exalta a harmonia entre as três raças que compõem nossa nação enquanto história (como dissemos anteriormente), por outro lado, essa mesma harmonia não é e não tem como ser exaltada nem pelos negros nem pelos indígenas, já que as suas perspectivas do processo histórico pouco se fazem presentes no relato oficial.

Na cena protagonizada por Bira (Caio Blatt) em que ocorre a gravação de um comercial para a empresa Stiner, representante do terceiro setor, o critério para a filmagem era o de ter crianças que retratassem a configuração étnica do Brasil com números pré-estipulados de negros. O critério para tal filmagem era de se ter 75% de crianças negras, 10% de brancas e 15% outros.

Chega uma Kombi com a logomarca da Stiner. Dela saem várias crianças de diferentes etnias, das quais seriam selecionadas as mais negras, para o comercial com o intuito de arrecadar dinheiro.

Bira (Caio Blatt) pergunta: quantos anos?  
Criança: 10  
Bira: fique aqui.

Outro personagem, Luciano, chama Bira:

Oh! Bira?! E este aqui? Negro 60%?

Bira: é mais, é mais Luciano, acho que uns 80%  
Luciano: vamos de 75%  
Bira se vira e pega outra criança e pergunta: seu nome é qual?

Dentre diferentes comentários, Luciano chama uma criança e pergunta ao Bira:

Luciano: o que que é isso aqui? Negro com japonês e coreano?  
Bira diz: acho que é índio... isso aqui é índio... olha... cabelinho lisinho, olhinho puxado...  
Luciano: deixa eu ver [levantando a cabeça da criança e responde] Luciano: é... bota índio.

A cena continua com Luciano chamando Bira para quem mostra uma criança negra e pergunta:

Luciano: esse aqui é negro, né?  
Bira responde: quem? esse aqui? Esse é 100% negro. Tem até pedigree... (BIANCHI, 2005).

E assim a cena prossegue na escolha das crianças mais negras para representarem a pobreza.

No caso, como essa filmagem foi comprada, essa configuração nacional foi realizada. Porém, como dito acima, Bianchi se vale da ironia para demonstrar como e o quanto o negro é retratado de forma maquiada e manipulada, não sendo representado de fato como sujeito histórico e sujeito de ação na construção do Brasil.

Outra categoria vítima do descaso são os velhos. No filme, Marco Aurélio Silveira e Ricardo Pedrosa (Caco Ciocler) fazem um diálogo pertinente a essa constatação quando Judite, a faxineira da empresa, aproxima-se de ambos para agradecer à oportunidade de emprego, mesmo depois de ter sofrido um derrame. Ela é uma senhora de idade avançada. Assim que a faxineira se afasta, Ricardo pergunta ironicamente para Marco Aurélio:

- Te incomodou a miséria estampada na porta da empresa? [Ele se defende argumentando que possui valores, alegando que Judite não tem condições de trabalhar por conta da sua idade e saúde e] Ricardo continua: Explícito demais. Adulto tudo bem, criança também, porque é fotogênica, agora, velhinho, é duro de ver. (BIANCHI, 2005).

A partir da cena descrita acima, podemos evidenciar a lógica e as articulações das ações das empresas do terceiro setor como forma de persuadir, por meio da caracterização humana, qual é o foco (pessoas) solidário que se deve ter. Uma vez que idosos, na situação da Judite, não são foco, tão pouco, alvo do consumismo, pode-se dizer que esses fogem à regra da democracia do consumismo, em que sinônimo de

liberdade é o fato de ser livre para consumir. Esse critério de exclusão permite a manutenção do sistema econômico que visa o lucro sobre tudo.

O longa-metragem aborda, também, a questão do enriquecimento por meio de construção de presídios como outro contexto lucrativo para além do consumo. A construção civil é tida como ferramenta eficaz contra o desemprego. O governo encontrou, com a ampliação das vagas prisionais, um terreno fértil para geração de renda e de oportunidade de negócios. Com a duplicação da massa carcerária emergia a demanda de construção de presídios, tendo como meta dobrar o número de vagas nas cadeias. Para tanto, constroem-se presídios em pequenas cidades do interior do Estado, aumentando progressivamente esse número para acomodação das futuras detenções prisionais, gerando, assim, muitos empregos diretos e indiretos. A expansão da economia ocasionada pelo sistema carcerário desencadeia outras fontes de empregos e de renda, como a vinda das famílias dos presidiários que gastam com transporte, alimentação e estadia, entre outros consumos. Assim, demonstra-se que a ampliação do sistema carcerário é agente aquecedor do Município, do Estado e do país. Em síntese, seja por prisão, miséria, opressão, dentre outras formas de marginalização do indivíduo subalternizado, coexiste um sistema que opera para a funcionalidade do capital enquanto mecanismos de acúmulo de riqueza para uma minoria que se encontra no topo da pirâmide organizacional da sociedade Brasileira. Na música Haiti de Caetano Veloso, são caracterizadas as desigualdades, pois são “[...] 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos. Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres. E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos [...].”

No filme, o ator Lázaro Ramos (presidiário) que interpreta o personagem primo de Arminda, questiona a funcionalidade da democracia num país que gasta mais de três salários mínimos (em 2005) com cada preso. Em cenas posteriores, o mesmo ex-presidiário articula um assalto, com base em conhecimento histórico, como forma de ressarcimento e de sanar uma dívida gerada pelo Marco Aurélio Silveira, sendo esse o fundador da Stiner, empresa que leva empreendimentos à comunidade.

Nesse contexto, o primo de Arminda, concebe o assalto como função social “fechar o ciclo para o dinheiro circular”, entendendo que o “Sequestro” não é só capacitação de recurso, mas sim distribuição de renda, diz o personagem. (BIACHI, 2005).

Pode-se dizer que o diálogo com o passado faz com se reconheça as injustiças cometidas outrora para melhor compreender a manutenção delas nos dias atuais. A privação dos direitos deixou feridas abertas em nossa sociedade contemporânea. As

roupagens dos preconceitos, para a estruturação dessas privações, mudam somente na superficialidade, mas as vítimas continuam sendo as mesmas.

Essa assertiva fica evidente quando, logo após a abolição, a presença dos filhos de ex-escravos era tida como incômodo em ambiente escolar, tendo inclusive dificuldade de efetuar matrículas por meio de instrumentos normativos legais. Essa realidade está no passado e no presente ao mesmo tempo, como retrata o filme. Ela se agrava ao analisarmos, a partir do critério étnico, a população universitária nesse país, por exemplo, perceberemos que a mesma é composta majoritariamente por brancos.

Vozes eloquentes, estudos acadêmicos qualitativos e quantitativos recentes, realizados por instituições de pesquisa respeitadíssimas como o IBGE e o Ipea, não deixam dúvidas sobre a gravidade gritante da exclusão do negro, isto é, dos pretos e mestiços na sociedade brasileira. Fazendo um cruzamento sistemático entre o pertencimento racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos desde 1929, Ricardo Henriques chega à conclusão de que “no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos.” **Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais.** (grifo nosso). (MUNANGA, 2001, p. 32-33).

O que nos revela que a pigmentação não adentrou alguns espaços sociais como deveria. Uma das preocupações com o fim da escravidão, quanto nos dias de hoje, é de que os negros/pobres devem ser apenas instruídos para fins de melhor servir e de ter o mínimo de conhecimento para melhor consumir e se articular com o sistema capitalista. Já que esse processo é natural nos meios sociais, as instituições escolares apenas cumprem com presteza o papel de fragmentar a sociedade, uma vez que as instituições e os espaços educacionais não são externos à sociedade. Por outro lado, sabe-se que esses deveriam ser os espaços *par excellence* onde deveria ocorrer o oposto dessa realidade. É de extrema importância entender que esse aparelho ideológico, espaços formativos, alcança seus resultados esperados, porque o preconceito é um fenômeno social e não biológico, ou seja, esse fenômeno é ensinado, instruído e doutrinado entre os meios e espaços da nossa sociedade. (MWEWA; EUGÊNIO e NASCIMENTO, 2014).

Porém, é válido ressaltar os avanços conquistados, que se deram por meio das lutas e dos movimentos sociais. Esses avanços são sólidos e irreversíveis na construção de uma sociedade mais justa, equânime e igualitária, como por exemplo, as lutas por cotas por meio das ações afirmativas que permitiram aos negros, aos indígenas e aos pobres adentrarem no espaço acadêmico de forma sistemática. E isso não tem como retroagir. Outro viés das ações afirmativas, também, é a instituição da obrigatoriedade da Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-



Brasileira, Africana e indígena: Lei n. 9394/96, Resolução CNE /CP n. 1/2004 fundamentada no Parecer CNE/CP n. 3/2004.

Paralelamente às cotas, outros caminhos a curto, médio e longo prazos projetados em metas poderiam ser inventados e incrementados. Tratando-se do Brasil, um país que, desde a Abolição, nunca assumiu o seu racismo, condição *sine qua non* para pensar em políticas de ação afirmativa, os instrumentos devem ser criados através dos caminhos próprios ou da inspiração dos caminhos trilhados por outros países em situação racial comparável. (MUNANGA, 2001, p. 34).

As políticas públicas e as ações afirmativas são os principais mecanismos de luta pela busca e defesa do direito pela igualdade perante todas as raças, etnias e culturas, visando a todos o direito de se ter o mesmo valor e reconhecimento social. Em relação a essas lutas, Schrer-Warren e Santo (2014) registram os avanços e tensões na implementação das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, como um ponto de inflexão no combate ao racismo para o acesso ao ensino superior. Segundo as autoras (p. 140), “[...] é possível afirmar que não há como pensar o PAA [Programa de Ações Afirmativas] da UFSC sem considerar as contribuições e o papel fundamental desempenhado pelo Movimento Negro.” É por conta dessas lutas e movimentos que as ditas minorias lutam e persistem em gritar o sentimento de injustiça e de quererem que o passado seja repensado. Esse processo pode se pautar em dois pilares: a princípio, o reconhecimento de que o que foi vivido pelos antepassados foi abominável; e a busca da preservação das heranças culturais para vislumbrar a minimização das desigualdades sociais e os resquícios de seus efeitos desastrosos. Mesmo tendo se passado mais de um século da Abolição da escravatura, a luta e o combate contra essas injustiças continuam a ser diárias, mesmo porque essas são gritantes a todo o momento e em todo o Brasil.

Reações absurdas e inimagináveis vieram dos setores informados e esclarecidos que geralmente têm vozes na sociedade brasileira. Que absurdo, reservar vagas para negros, o que caracterizam como uma injustiça contra alunos brancos pobres! [...] Vejam que se deixa de discutir uma questão social, que, como apontam as estatísticas das pesquisas do IBGE e Ipea, é caracterizada por uma desigualdade racial brutal e gritante. (MUNANGA, 2001, p. 33-34).

Esse sentimento de injustiça fica muito bem configurado quando a classificação dos indígenas, dos negros e dos pobres é representada e denominada pela palavra MINORIAS. É claro que essa palavra se restringe somente ao significado de desvaler e não de quantidade. O que interfere diretamente no contexto social atual desse país em correlação com a identidade racial e nacional. Em nossa estrutura de sociedade, o poder articulador é composto por um único grupo, ou etnia, que decide e manipula o que deve



ser representado, valorizado, ensinado e cultuado, e o que deve ser segmentado e inferiorizado em nossa sociedade. Essa construção se faz necessária para a manutenção dos mesmos que se encontram no poder, fazendo reproduzir a história que se iniciou com a colonização, como bem mostra a carta de Caminha, uma vez que o aparelho de dominação se sustenta com um grupo superior e um inferior a partir de critérios como cultura, cor da pele, classe social, aparências físicas, dentre outras formas de discriminação. Essa fragmentação é produzida com a desconstrução cultural, o que produz o nascimento do preconceito. Neste sentido, Munanga (2005-2006) salienta que não é a raça ou a cor da pele que gera e cria o preconceito e as desigualdades sociais. Portanto, diz o autor, “o que corrobora nosso ponto de vista de que raça não cria problemas, mas sim a diferença fenotípica por ela simbolizada. A solução não está na negação ou na erradicação da raça, mas sim na luta e numa educação que busquem a convivência igualitária [e equânime com/] das diferenças.” (MUNANGA, 2005-2006, p. 56).

### **Da latência à manifestação do preconceito étnico em *Quanto Vale ou é Por Quilo?***

Entendemos o preconceito a partir da definição de Sant’Ana (2005, p. 62), quando este diz que “preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas.”

Assim, como mostramos nos itens anteriores, o filme *Quanto Vale ou é por quilo?* de Sergio Bianchi (2005) ilustra com exatidão esse paradoxo entre preconceito e as desigualdades sociais, com ênfase na herança deixada do período escravocrata do Brasil com consequências sociais abismais. Se por um lado, nos dias de hoje, o discurso que o Brasil é um país de todos (lema do atual governo [2016]) e que todos têm orgulho de pertencer a uma cultura miscigenada, por outro lado, existem aqueles que não conseguem viver essa felicidade desde seus antepassados. O longa-metragem levanta a discussão e indaga como o preconceito se reorganiza de tempos em tempos, mas sempre com o foco em uma camada étnica e social. O tema central do filme é a crítica construída perante a sociedade brasileira em diferentes instâncias. Para tanto, salienta Munanga, na palestra proferida por ocasião do 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação em 2003:

Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX. A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas está cada vez mais crescente o que comprova que as práticas racistas ainda não recuaram. (MUNANGA, 2003, p. 11).

Mesmo sendo uma obra de ficção, o filme explana com muita realidade a sociedade brasileira e sua constituição enquanto nação, desde o passado sombrio vivenciado e sofrido pelos escravos negros e pobres, hoje, inferiorizados e marginalizados. Como as cenas vivenciadas por Cândido Neves (Silvio Guindane), que no período escravocrata era o capitão-do-mato e capturou a escrava fugitiva que estava grávida e que teve o aborto de seu filho. Contudo, Cândido Neves precisava dessa captura para manter as mínimas condições financeiras de sua família e de seu filho que estava por vir. Em paralelo a essa cena, o capitão-do-mato é representado por Candinho, homem negro que trabalha como lixeiro e está noivo de Clara (Leona Cavalli). Clara é uma jovem ingênua da periferia e sobrinha de “Tia Mônica” (Claudia Mello), uma empregada doméstica que sonha em ser patroa. Ambas sonham com um futuro com poder aquisitivo, o que é inviável devido às condições reais dessa família. Candinho, que outrora para atender às necessidades de sua família capturou uma escrava fugitiva, vê-se encurralado pela pressão psicológica dos sonhos de sua respectiva noiva e de sua tia. A esse cabe a prática ilegal de ser um matador de aluguel. Candinho tem como missão matar Arminda, outrora escrava fugitiva capturada pelo capitão-do-mato. Essa por sua vez, nos dias atuais, é uma líder comunitária negra que luta contra a empresa Stiner Empreendimentos. A líder acusa a Stiner de processos de corrupção com as ações desenvolvidas na comunidade em que Arminda vive. A ela coube o preço de se levantar contra o sistema, tanto no passado, quanto no presente. Ao longo do filme, são notórios os discursos acerca da temática do preconceito e das desigualdades por ele produzido. Esses discursos se apresentam como mecanismos e dispositivos de controle social e econômico, como indicado acima. A ironia utilizada por Bianchi se caracteriza nas cenas em que os sócios-diretores, Marco Aurélio Silveira (Herson Capri) e Ricardo Pedrosa (Caco Ciocler), da Stiner Empreendimentos, uma empresa especializada na captação de recursos, e o seu repasse para projetos de natureza assistencial. Esses prosperam com o lucro gerado pela exploração da miséria. A trama ainda conta com a imagem do negro como valor de compra no decorrer da história, sendo esse tratado como a carne mais barata do mercado. Os processos extraídos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro relatam os fatos de como aconteceram os processos penais e civis no período escravocrata. Esses documentos reforçam o quanto os negros escravizados sofreram na

construção e na constituição do Brasil. A esses o tratamento não era apenas de mercadoria com valor de compra e venda, mas também, aos mesmos, o tratamento como se fossem animais.

As propostas de combate ao racismo não estão mais no abandono ou na erradicação da raça, que é apenas um conceito e não uma realidade, nem no uso dos léxicos cômodos como os de “etnia”, de “identidade” ou de “diversidade cultural”, pois o racismo é uma ideologia capaz de parasitar em todos os conceitos. (MUNANGA, 2005-2006, p. 53).

Por meio do roteiro, Bianchi retrata, como fruto da escravidão, o alto índice de afrodescendentes que vivem abaixo da linha da pobreza, sendo esses classificados como “grupo de alta vulnerabilidade”. O período escravocrata deixou marcas profundas na sociedade brasileira com sua estruturação social, pois a luta para combater as injustiças raciais ainda é pertinente.

A herança histórica e cultural permanece com muita efetividade em nossa sociedade brasileira nos dias atuais. Muitas vezes, a miscigenação, que é a marca dessa sociedade, mascara a desigualdade racial, o que dificulta uma discussão séria e comprometida acerca das raízes do preconceito e dos desafios a serem superados. Neste sentido, percebe-se que a falta de conhecimento da história brasileira acerca da ação civilizatória, somada aos discursos de um país de três raças, permite que pouco se mude. Esta estagnação em relação às classificações de ordem sociais e econômicas, nesse país, desde sua colonização, propicia os abismos de uma para outra. Essa problemática foi gerada pelo processo de exploração de força de trabalho e de corpos mutilados na construção e estruturação física e ideológica em todo o território nacional. Nesse processo civilizatório, uma dívida foi gerada, porém a mesma nunca foi sanada por meio de ações que implicaram e impossibilitaram tal acerto com aqueles que sofreram e que ainda sofrem com o preconceito historicamente construído.

O surgimento do preconceito não se dá tão somente pela cor da pele, mas sim pelo movimento de não permitir a identificação e a valorização daqueles que também construíram o Brasil. O processo de educação por meio do ensino enraíza a utopia de um ideal superior de uma cultura dominante. Não são todos que saberão codificar essa cultura, pois se trata de uma utopia; tão pouco não se sentirão incluídos na mesma, uma vez que uma cultura é determinada como dominante e as demais são hipostasiadas como inferiores. Esse mecanismo de não valorização e de não aceitação faz com que cada um ocupe o lugar que lhe é destinado desde o berço no permanente processo de aculturação social. O negro é liberto, porém não lhe é dado a condição de ser livre, mantendo-o na

permanente relação de dependência para com aqueles que sempre o possuíam como valor de venda, compra e posse. (MWEWA; EUGÊNIO E NASCIMENTO, 2014, p. 224 a 235).

O paradoxo do preconceito se dá pelo fato de o Brasil exaltar uma harmonia que não corresponde com a realidade daqueles que precisam lutar diariamente por espaço e reconhecimento. Tangenciando a argumentação com o filme, é pertinente descrever a cena em que Tia Mônica (Claudia Mello) por ter uma dívida com Dona Noêmia (Marcélia Cartaxo), pois essa colaborou com dinheiro para a realização da festa de casamento de sua sobrinha com Candinho, ofereceu como forma de pagamento, ou seja, como moeda de troca, uma menina prendada a qual pegou para criar e que a tem como da família, essa menina é *negra e ainda criança*. Em argumento, Tia Mônica a descreve para dona Noêmia como uma menina boa, trabalhadeira, *limpinha* e dizendo que a menina *quase não come*. E assim a dívida entre Mônica e Noêmia está sanada. A menina que teve sorte por ser criada como da família, paga o preço com a exploração de sua força de trabalho e a perda de sua infância. Essa suposta harmonia de o país ser um país feliz por sua miscigenação é completamente contraditória. Uma vez que, partindo do ideal de igualdade e de justiça, ela não contempla a todos de maneira igualitária.

As tensões geradas pelo sentimento de injustiça visam uma sociedade mais igualitária frente àqueles que lutam pela manutenção do *status quo* baseados no discurso da meritocracia. Pode-se dizer que as consideradas minorias, os negros, os indígenas quando pobres são, de certa forma, a fonte de renda no sistema econômico vigente que reafirma tal realidade através de discursos regados de valores e princípios etnocêntricos. A pobreza e a miséria são a contra face da camada social abastada. As cenas referentes ao passado e ao presente são colocadas de forma paralela, mudando apenas os sujeitos envolvidos, mas com as mesmas situações de injustiças, de violação física, moral e submetidos a condições subumanas nas quais permanecem grupos específicos, quais sejam os negros e os pobres.

Em determinada cena do filme, uma funcionária, que trabalha no arquivamento dos processos das crianças moradoras de rua, faz um breve relato de como para o Estado funcionam as entidades filantrópicas. A funcionária então registra que, desde 1982 o Estado cadastra meninos e meninas moradoras de rua, deixando tudo muito bem organizado, contendo em cadastro toda sua história, origem e dramas. Porém, argumenta que nada pode ser feito, pois a verba só dá para pagar os funcionários, mas está sendo feito o possível, promovendo reuniões, debates e congressos. De acordo com essa funcionaria, o Brasil possui dez mil crianças abandonadas morando nas ruas. Se caso

pegassem os cem milhões de dólares, quantia estimada pela movimentação financeira das entidades que atendem as crianças carentes, e dividissem pelo número estimado de crianças moradoras de rua, que são dez mil, cada uma receberia a quantia de dez mil dólares por ano. Com esse dinheiro daria para pagar um ensino na rede particular até a faculdade, por exemplo, arremata a funcionária. Durante o áudio, anunciando essas afirmações, crianças, em sua maioria negras, são apresentadas em forma de quadro vivo, com uma moldura entorno de seus rostos, com uma numeração de identificação emplacada um pouco abaixo do pescoço. Assim, ilustrando, que tanto para o Estado, quanto para as entidades de assistência sociais, essas crianças não passam de números, mera estática de lucro para aqueles que administram a solidariedade como negócio. Pode-se dizer que tratar pobres com a objetividade mercantil reforça a relação preconceituosa empreendida na sociedade, pois se o pobre tem radicalidade étnica essa demanda uma ação de tutela. Neste caso, só é possível tutelar a partir de concepções subalternizantes motivadas por inclinações subjetivas para ganhos objetivos.

O não reconhecimento do racismo no Brasil é uma das maiores dificuldades a ser superada. E isso eleva o racismo a um patamar de quase um tabu (por isso sempre volta como trauma), em termos freudianos. Dentro da sociedade, o inaudito impede diálogos e discussões, representações de todas as etnias a partir de suas perspectivas. O fato de o preconceito étnico-racial desembocar na discriminação reforça a ideia de tabu empreendida no meio social diante da suposta indicação de democracia racial. Para tanto, fazem-se necessárias as lutas e os movimentos sociais em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária para abordar o racismo e suas consequências na sociedade brasileira. Nesse procedimento, é importante pontuar o processo histórico brasileiro como referência desde sua invasão e as suas decorrências. Assim como a herança dos mais de trezentos e cinquenta anos de escravidão que desembocam na permanente inferiorização de certas etnias na atualidade. São pontos a serem esclarecidos para a grande massa do país, pois são esses que mais sofrem com um cotidiano de restrições e injustiças. Sendo assim, as lutas dos movimentos sociais devem cumprir essa missão de tencionar o conhecimento sobre uma nação sedenta de sua própria história, com a participação efetiva de todos os agentes. Neste processo de esclarecimento, reafirmamos junto com Nilma Gomes, que o papel do formador é fundamental para a emancipação dos seus educandos.

As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderiam servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem copiar, aproveitar as experiências positivas e negativas

vivenciadas pelos outros para inventar nossas próprias soluções, já que estamos sem receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais. (MUNANGA, 2001, p. 32).

A falta de esclarecimento faz com que se incuta a ideologia da permanência e da inexorabilidade da história. O medo da igualdade, de terem suas carreiras concorridas, disputadas com os subjugados como minorias engendra uma tautologia maçônica na sociedade brasileira. A diferença fenotípica, ou seja, na aparência física, não pode permanecer como subterfúgio para dirimir as capacidades da busca pela igualdade social e intelectual. Forja-se uma cultura, uma etnia, uma camada social, para a manutenção de uma sociedade que possa ter homens para servir e homens para serem servidos, homens/mulheres brancas que pensam e homens/mulheres não brancos que trabalham. Claro está que essa bipartição é aqui apresentada apenas enquanto um dispositivo metodológico e pode se restringir aos patamares sociais e profissionais mais altos. Como, por exemplo, do Supremo Tribunal Federal, do Senado, da Câmara dos Deputados, médicos, engenheiros, advogados dentre outras ocupações privilegiadas. Tal forja delega às ditas “minorias” a abnegação, a renúncia e o sacrifício dos próprios desejos e anseios. Diante de um imperativo étnico, porém pseudoestético e pseudoético são negadas as possibilidades de equiparação dos valores culturais e sociais. Aos mesmos não restam nada além da luta contra um modelo de sociedade cuja ideologia manobra os desejos.

## Considerações finais

O presente artigo procurou motivar a discussão acerca da problemática do preconceito na sociedade brasileira por meio da análise do filme de Bianchi (2005) tangenciada pela carta do Caminha. Buscou, também, mostrar como esse movimento reforça e sustenta as desigualdades sociais para o controle social, identificando que esse movimento do preconceito, a favor do controle social, depende da exploração tanto da pobreza/miséria, quanto da força de trabalho daqueles que são minimamente instruídos para apenas servir, como o filme demonstra.

Conjecturamos que o preconceito vivenciado nos dias atuais é fruto do processo civilizatório histórico, ou seja, para poder compreender as demandas dos dias de hoje é indispensável dialogar com o passado. Esse diálogo com o passado é necessário para reconhecer que existe o racismo e este precisa ser combatido para rompermos com o processo de alienação ao qual fomos submetidos a partir de uma ideologia que prega a harmonia entre suas três raças. Dito isso, o processo de alienação não é algo voluntário,



mas sim, um processo orquestrado para que a grande massa acredite nessa harmonia, na falsa unificação nacional, abafando assim as lutas sociais.

Contudo, as interpretações a partir do filme indicam, também, como a sociedade brasileira se organiza na manutenção da estrutura de exploração em prol do acúmulo de riqueza para poucos. Essa riqueza é a realidade de um grupo restrito de brasileiros(as) comparada àqueles(as) que pertencem às camadas subalternizadas e sofrem diuturnamente com a exploração factual.

O que faz o Brasil não ser de fato um país das três raças é o fato de que foi enraizado e incorporado à cultura de seus colonizadores acerca da concepção pautada em uma superioridade étnica. Esse procedimento segmenta e fragmenta a nação, produzindo a classificação por camadas sociais que se distanciam de forma discrepante entre si. Pode-se afirmar junto com Fanon (2002, p. 69) que “o surgimento de uma nova nação, a demolição das estruturas coloniais é resultado de uma luta violenta de um povo independente, seja da ação, restringida pelo regime colonial, seja da violência periférica assumida por outros povos colonizados.” Portanto, fazem-se necessárias as lutas e os combates por uma sociedade mais justa e igualitária, tanto por meios das políticas afirmativas, quanto pela busca do direito de identificação e reconhecimento cultural. Essas ações são fundamentais e essenciais para que se possa alcançar direitos sociais e culturais assegurados aos negros, aos indígenas e aos pobres que não são a minoria, mas a maioria. Denominá-los como maioria deflagra e desnuda as injustiças sociais aceitas pela minoria populacional do país. Assim, torna-se fato e flagrante a percepção de que a grande maioria populacional brasileira vive na miséria e esta, por sua vez, não possui radicalidade étnica. Mas, isso pouco importa para a minoria.

## Referências

BIANCHI, Sergio. *Quanto vale ou é por quilo?* (108 min.). Versátil: 2005.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta ao Rei D. Manoel I.* Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf). Acessado em: 5/10/2015.

FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: La découverte/poche, 2002 [François Maspero, 1961 e 1968; Gallimad, 1991].

\_\_\_\_\_. *Peau noire, masques blancs*. Paris? Éditions du seuil, 1952.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Brasil, Meu Brasil Brasileiro: Notas sobre a construção da identidade nacional. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (Org.). *Educação e Cultura: Pensando em cidadania*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.



GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na escola*. 2. Ed. revisada/– [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MWEWA, Christian Muleka; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves; NASCIEMNTO, Sarita Brolese. Formação Cultural e Diversidade Etnicorracial: Brasil, um país de todos? In: CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir (Orgs.). *Educação e Diversidade Cultural: tensões, desafios e perspectivas*. Blumenau: Edifurb, 2014. P. 223-244.

MWEWA, M. *Indústria cultural e educação do corpo no jogo de capoeira: estudos sobre a presença da capoeira na sociedade administrada*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “Raça, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos”. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006.

\_\_\_\_\_. MUNANGA, Kabengele (2003) "Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo Identidade e Etnia". [Artigo on-line]. 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, 2003. Recuperado de: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> Acessado em: 16 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e cultura*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

SANT’ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. revisada/– [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 143-154.

SCHERER-WARREN, Ilse; SANTO, Anna Carolina Machado do Espírito. Movimento negro e implantação das ações afirmativas na UFSC. In: SCHERER-WARREN, Ilse e PASSOS, Joana Celia dos. (Orgs.). *Relações étnico-raciais: os controversos caminhos da inclusão*. Florianópolis: Atilênde, 2014. p.121- 142.

SHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

Submetido em 02/04/2016, aprovado em 12/04/2018.

---

<sup>i</sup> É importante lembrar que o conceito de ‘classe’ no discurso do filme é destituído da ortodoxia marxista que considera apenas a existência da classe Trabalhadora (destituída dos meios de produção, mas possuidores da força de trabalho) e os Burgueses (donos dos meios de produção). Portanto, a camada média é um entremeio entre essa polarização que, na pressa do senso comum ao ler Marx, acaba considerando-a como ‘classe’ caracterizada pelo poder aquisitivo de consumir os bens de consumo. Portanto, ‘classe média’ acaba sendo considerada pelos indicadores econômicos e de marketing como a camada social com poder de consumo e possibilidade de crédito.